

**Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**Os Jovens Turcos e o Projeto de Modernização Profissional
do Exército Brasileiro**

Fernando da Silva Rodrigues*

Resumo: No início do século XX, dentro do Exército Brasileiro havia entre a maioria dos oficiais um denominador comum: era o Exército Brasileiro uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional. No Alto Comando Militar havia a percepção da necessidade de ações mais imediatas com o objetivo de operar mudanças significativas desse estado em que se encontrava. Podemos dizer que dentre as providências importantes tomadas, foi a ação modernizadora dos Jovens Turcos movimento divisor de águas dentro de um Exército por demais ligado ao modelo teórico cientificista, um Exército que buscava a sua profissionalização.

Palavras chaves: Instituição – Política - Modernização.

Abstract: At the beginning of century XX, inside of the Brazilian Army a common denominator had entered the majority of the officers: a delayed Institution was the Brazilian Army, the used armament was diversified making it difficult the instruction and the maintenance, the installations and the quartéis were precarious and were low the destined budgets the Institution for the National Congress. In the High Military Command it had the perception of the necessity of more immediate actions with the objective to operate significant changes of this state where it found. We can say that amongst the important steps taking, it was to the modern action of the Young Turks movement watershed inside of a beside the point on Army to the scientific theoretical model, an Army that searched its professionalization.

Key-Word: Institution – politics - modernization.

No início do século XX, dentro do Exército Brasileiro havia entre a maioria dos oficiais um denominador comum: era o Exército Brasileiro uma Instituição atrasada, o armamento utilizado era diversificado dificultando a instrução e a manutenção, as instalações e os quartéis eram precários e eram baixos os orçamentos destinados a Instituição pelo Congresso Nacional. No Alto Comando Militar havia a percepção da necessidade de ações mais imediatas com o objetivo de operar mudanças significativas desse estado que se encontrava. Segundo o Marechal Odylio Denys¹, foram providências importantes tomadas

* Doutorando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisador do Arquivo Histórico do Exército, e Professor da Universidade Iguaçu

¹ DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718, p. 8-9.

para as futuras mudanças: a Lei de Reorganização do Exército de 1908²; a reorganização do Estado-Maior do Exército³ mais compatível com a preparação da guerra; a criação de Grandes Unidades permanentes⁴, no início chamadas de Brigadas Estratégicas, posteriormente substituídas pelas Divisões de Infantaria e Cavalaria; a Lei do Serviço Militar Obrigatório de 1908⁵; a elaboração dos regulamentos de emprego das Armas destinados à instrução da tropa e dos quadros; a aquisição de armamento; e o reaparelhamento das fábricas. Todas essas providências foram tomadas no governo do Presidente Afonso Pena (1906 – 1909), que pela situação de prosperidade econômica do país, depois do período de saneamento do Presidente Campos Sales (1898 – 1902), pode criar as condições para reformas estruturais de profundidade⁶. No período o Ministro Guerra era o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1906 - 1909), responsável pela aplicação dessas significativas mudanças renovadoras da Instituição. Podemos perceber ainda, que o Marechal Hermes da Fonseca, quando comandante do 4º Distrito Militar, promovera as primeiras grandes manobras do Exército, em 1905, nos campos de instrução de Santa Cruz, quando ficou evidenciado faltar tudo à tropa. Como Ministro da Guerra, além de organizar as grandes unidades e os seus quadros, dividiu o país em regiões de inspeção, e reforçou as guarnições do sul e do Mato Grosso⁷.

Ainda segundo Denys, no orçamento do Ministério da Guerra para o ano de 1906, foi registrada uma emenda que permitiu mandarem oficiais brasileiros que desejassem ir a qualquer país da Europa com o objetivo de aperfeiçoarem seus conhecimentos em Escola ou Corpo de Tropa, durante dois anos. A falta de coordenação das atividades acabou fazendo com que os interesses Institucionais se dispersassem sem que pudesse ter sido feito um trabalho que beneficiasse o Exército, ao invés de beneficiar os interesses individuais.

A 15 de novembro de 1910, assumiu a chefia do Estado brasileiro o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca que havia sido Ministro da Guerra do Presidente Afonso Pena.

² ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Leis do Brasil. Lei Nº 1860, de 04 de janeiro de 1908. O título IX desta Lei trata da reorganização do Exército – do Art. 105 ao Art. 139.

³ O Estado-Maior do Exército foi criado pela Lei Nº. 403, de 24 de outubro de 1896, publicada na Ordem do Dia da Repartição do Ajudante-General do Exército Nº 778, de 31 de outubro de 1896, cuja função era preparar a Instituição para a defesa da Pátria, para isso era especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina da tropa. ESTEVES, Diniz. *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: EME, 1996, Esclarecimentos indispensáveis e pág. 23.

⁴ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Leis do Brasil. Decreto Nº 7.054, de 06 de agosto de 1908, cria cinco Brigadas Estratégicas e três Brigadas de Cavalaria.

⁵ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Leis do Brasil. Lei Nº 1860, de 04 de janeiro de 1908, que regula o alistamento e o sorteio militar, e reorganiza o Exército.

⁶ É importante registrar que somente dois pontos do plano do Ministro da Guerra, o Marechal Hermes da Fonseca, teve êxito: a constituição de grandes unidades e a aquisição de armamento.

⁷ PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. *Organização e Administração do Ministério do Exército*. Brasília: Bibliex, 1994. p. 100.

Logo depois de eleito presidente (1º de março de 1910), o Marechal voltou à Alemanha. Após o retorno do Marechal Hermes da Fonseca da Alemanha, o qual fora convidado pelo *Kaiser* Guilherme II, para visitar as instalações do Exército alemão e assistir às grandes manobras militares em Tempelhoff, abriu-se a possibilidade para que oficiais brasileiros fossem recebidos nos Corpos de Tropas alemães, para servirem como arregimentados, para um estágio de dois anos, acompanhando a instrução militar em todas as suas fases, e que regressariam ao Brasil em fins do ano de 1912.

Segundo Odylio Denys, o regresso dos oficiais que estagiaram na Alemanha em 1912 serviu para dar maior intensidade à nova orientação profissional no Exército. Foram eles os elementos que lançaram a campanha renovadora da Instituição. Para tanto, fundaram a Revista *A Defesa Nacional* e foram distribuídos conforme solicitação ao Ministro da Guerra, General-de-Divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva (30 de maio de 1912 a 15 de novembro de 1914), pelos Corpos de Tropa das suas respectivas Armas, recebendo em um primeiro momento por parte de oficiais mais antigos a denominação de “Jovens Turcos”⁸, como maneira de depreciar esses militares e suas ações dita renovadora. De apelido pejorativo no início, terminou com o tempo servindo de símbolo de uma causa. A nova geração de oficiais brasileiros formados a partir do Regulamento das Escolas Militares de 1905, com ênfase na prática, iria aderir com entusiasmo aos novos conhecimentos trazidos pelos oficiais ex-estagiários na Alemanha.

Com relação às publicações, o espaço principal foi o Boletim do Estado Maior do Exército e a Revista *A Defesa Nacional*, revista de assuntos militares fundada em 1913, pelos seguintes militares: Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Amaro de Azambuja Villa Nova, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Brásio Taborda, e, Francisco de Paula Cidade, ou seja, dos doze membros, apenas os quatro últimos não eram ex-estagiários no Exército Alemão, mas sim, adeptos da nova campanha de renovação do Exército. Os redatores iniciais da revista foram os Primeiro Tenentes: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis.

Na Revista *A Defesa Nacional* apresentaram farto material sobre seus estudos e análises executados na Alemanha, tais como: traduções de Regulamentos militares, guias de instrução, notas, relatórios, tudo tendo como único objetivo facilitar a compreensão dos

⁸ Referência aos jovens oficiais da Turquia de Mustafa Kemal que buscaram transformar e levar a modernização ao estagnado Exército daquele país.

ensinamentos militares aprendidos no exterior. Ao que parece, a divulgação, no meio militar, acabaram atraindo a atenção de oficiais, que o Marechal Odylio Denys chamou de “oficiais de espírito progressista”, alguns superiores hierarquicamente ao grupo que se estabelecia nesse espaço de difusão da idéia de transformação renovadora.

No entanto, ao analisarmos o Editorial do primeiro número publicado por esse grupo de oficiais do Exército Brasileiro, em 10 de Outubro de 1913, nos surpreende o discurso registrado, o qual esclarece um pouco daqueles personagens que na História e na Política nacional atuaram nas transformações que ocorreriam no país, desde as crises política dos anos 1920, até os anos 1940, mais precisamente com os limites dessa pesquisa, em 1945.

Iniciando o seu discurso, parece que temos na construção do título, “A Defesa Nacional”, o objetivo de estabelecer os interesses do grupo, ou seja, iniciar uma literatura militar renovadora da Instituição no país, mas por outro lado estabelecer o interesse na defesa do território contra os problemas externos e internos. Ao longo do discurso vão colocando-se na condição de servidores dos interesses gerais do povo brasileiro, representante dos interesses da sociedade, e da coisa pública.

Em outro ponto do editorial, discursam a partir de uma posição norteadora de que existiria no mundo uma dominação estabelecida através do eixo centro-periferia. No caso brasileiro, algumas características o colocam na condição de periferia, ou país atrasado materialmente e racialmente, condição essencial para que o Exército não exerça suas funções puramente militares como no caso dos grandes povos ou das nações mais desenvolvidas do mundo. Em nações subdesenvolvidas ou nascentes como eles preferem colocar, onde os elementos mais variados se fundem apressadamente na formação de um povo, o Exército, seria a única força verdadeiramente organizada no interior de uma sociedade desestabilizada política e socialmente. Logo, seria dever do Exército, além dos fatores profissionais, tornarem-se fator decisivo de transformação política e de estabilidade social.

Só o que foi expresso nesse primeiro momento já seria suficiente para entender que esse grupo de militares, dois terços dos quais estagiou no Exército alemão, estavam impregnados pelas idéias de uma modernização executada pelo Estado, como única forma de modernização do Exército brasileiro. No Editorial, criticavam abertamente o regime liberal instituído que não aceita as intervenções militares na evolução social dos povos, como no trecho abaixo extraído do editorial do primeiro número da Revista *A Defesa Nacional*⁹:

⁹ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista A Defesa Nacional. Nº 1. Editorial, p.1.

“é um facto histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num grao já elevado de civilização ellas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita á sua verdadeira função.”

Ainda com relação à política, tratam como questão a condição de que o Exército precisa estar aparelhado e preparado para a função conservadora e estabilizadora da ordem política, estando preparado para corrigir perturbações internas que são tão comuns nas sociedades em transformação.

Com relação à política externa, tratam também da questão como um problema a ser resolvido, não menos complexo que a política interna. Colocam como pauta da discussão, a situação de fertilidade do país, com suas imensas costas marítimas e imensas linhas de fronteiras terrestres, espaços próximos a outros países em formação que por si só já possuem suas agitações política e processos de desenvolvimento do Estado. No entanto o mais interessante é o fato de colocarem como evidências e admitir como hipóteses a possibilidade do Brasil naturalmente ter aspirações a um desenvolvimento integral, o qual teria como obstáculos as jovens nações do outro lado das fronteiras terrestres. Podemos avaliar essa colocação como pretensas aspirações de controle das fronteiras do Estado brasileiro. Com relação a possíveis intervenções externas, se colocam na posição defensiva e de alerta principalmente contra os países fronteiriços, pois com relação a futuros conflitos internacionais esse dia poderia estar próximo, e não saberíamos de que lado viria o perigo, podendo vir do Norte, do Sul, do Oriente, ou mesmo do Ocidente. O Brasil deveria contar apenas com sua própria força, com sua organização militar, que segundo os autores do Editorial, ainda estava muito abaixo do necessário, devendo dar maior ênfase à sua efetiva modernização. O Editorial nos revela os interesses em difundir um terceiro aspecto dessa questão, a de que o Exército, em um país como o Brasil, não é só fator de transformação político-social, e nem o principal elemento da defesa externa, mas teria igualmente uma função educativa e organizadora da massa geral de cidadãos.

De acordo com a Constituição brasileira, de 1891, era cidadão todo brasileiro com as seguintes qualidades e direitos: serem eleitores os maiores de 21 anos, que não fossem mendigos, analfabetos e praças de pré; igualdade perante a lei; direito de associação sem o uso de armas; inviolabilidade de sua casa; livre manifestação de pensamento; e direito a propriedade. Logo, deveríamos pensar que “cidadãos” estariam expressando no editorial do primeiro número da Revista, talvez a idéia de uma massa disforme na sociedade brasileira que

necessitasse de educação (militar) e organização. Ainda, pode-se perceber nesse pequeno trecho, o interesse na formação de uma elite Institucional que teria o dever de conduzir as massas de “cidadãos” brasileiros.

Continuando a análise, percebemos que para o grupo prevalece a idéia de que um bom Exército é uma escola de disciplina, justamente para preparar para a disciplina social. Portanto, assim, como a hierarquia militar muitas vezes representa uma hierarquia social, disciplina e hierarquia são o alicerce de sustentação da organização militar. Para os militares, as suas relações internas têm como princípio básico a hierarquia, que tem a ver com o escalonamento, com a existência de instâncias superiores e inferiores, numa sucessão regular, é o princípio da graduação dos elementos num conjunto, por referência ao próprio conjunto, aquela que marca o tempo de serviço na Instituição, que dirige toda a vida da Instituição. Determina as condutas e a estrutura, relações de comando e comandado, sistematiza a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeia o modo como as relações de poder devem se estruturar. Além disso, a hierarquia determina como os conhecimentos e as informações são produzidos e circulam pelo interior da força¹⁰.

O Exército subsistiu com base nos princípios da disciplina, da hierarquia, da autoridade e da ordem e na existência de um cerimonial próprio. A disciplina se preserva na obediência que o inferior deve prestar ao superior, ou na integral observância dos regulamentos militares. Com relação ao princípio da disciplina, podemos dizer que ela se tornou o fim a que se destinava a Instituição Militar; e a hierarquia, o meio para se atingir este fim. A disciplina é um instrumento de sobreposição de uma vontade individual a uma vontade coletiva, é o eixo de ligação e de união do efetivo militar.

Além de instituir a base da renovação militar através da disciplina, os editores trabalham também com a idéia de que o Exército é uma escola de trabalho, de sacrifício e patriotismo. Patriotismo esse que se torna um instrumento para inserir na sociedade interesses coletivos, dentro de uma sociedade que vive sob a égide do individualismo, e sob a influência do liberalismo, conforme se percebe no trecho abaixo¹¹:

“(...) Um exercito bem organizado é uma das creações mais perfeitas do espírito humano, porque nelle se exige e se obtem o abandono dos mesquinhos interesses

¹⁰ LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia Volta Volver*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 52-53.

¹¹ ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Revista A Defesa Nacional. Nº 1. Editorial, p. 2.

individuaes, em nome dos grandes interesses collectivos; nelle se exige e se obtem que a entidade homem, de ordinário tão pessoal e tão egoísta, se transfigure na abstração dever; nelle se exige e se obtem o sacrificio do primeiro e do maior de todos os bens que é a vida, em nome do princípio superior de pátria. Compreende-se facilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca, e põe em relevo, fortalece aquillo que há de nobre e de heróico, e de sublime no barro comum – tem que exercer forçosamente uma influencia salutar sobre o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades.”

O patriotismo do discurso é acompanhado com aspectos bastante interessantes no final do trecho acima descrito. Entendemos como o estabelecimento de uma mentalidade elitista de um grupo que se diz superior aos demais do país, e que tem por pura finalidade a intervenção na transformação do indivíduo e da sociedade. Talvez tenhamos aqui a origem do pensamento elitista e autoritário no meio militar que se consolidará nos anos 1930 e 1940, sob a influência dos regimes totalitários. Pensamento esse que toma como base o desenvolvimento dos Exércitos nas sociedades desenvolvidas européias, civilizações e sociedades tão antigas em sua formação, que segundo os redatores, servem como modelo para um país como o Brasil, que tem por necessidade a formação e transformação de uma sociedade considerada retardada e informe.

Logo, no discurso são estabelecidas como necessidade fundamental, à construção de um Exército que corresponda às suas legítimas aspirações de desenvolvimento e de progresso, aspirações que devem ser acompanhadas da instalação de um modelo político que estabelecerá as transformações desejadas.

No final do discurso, temos a colocação das condições em que a Instituição se encontra, ou seja, de um Exército que não corresponde às suas necessidades, apesar das várias tentativas de mudanças que vinham acontecendo desde o 15 de Novembro de 1889, no entanto, segundo conclusão do Editorial da Revista, o país estava completamente indefeso. Daí para frente, o objetivo principal das publicações dessa revista voltada para a literatura militar, seriam as críticas ao sistema estabelecido com forte embasamento na formação teórica, e que deveria sofrer sua verdadeira transformação rumo a uma formação militar mais prática. Para eles, o progresso seria obra dos dissidentes, dissidência com ordem, a princípio sem o uso da força, com total disciplina e com a lenta mais eficaz virtude da espera da disseminação das suas novas idéias que fossem lançadas através dos Corpos de Tropas.

A Revista *A Defesa Nacional* tornou-se um meio de divulgação dos ideais de renovação do Exército. Desde o início, seus redatores procuraram obter colaboração de seus superiores hierárquicos, como forma de estabelecer uma relação com a legalidade na veiculação de suas publicações. A ida do Tenente Estevão Leitão de Carvalho para o Gabinete

do Ministro da Guerra, General Caetano de Faria (15 de novembro de 1914 á 15 de novembro de 1918), abriu espaço para consolidar a divulgação dos interesses profissionais desses ex-estagiários do Exército alemão.

Conforme o Marechal Odylio Denys¹², os resultados satisfatórios obtidos na instrução da tropa após o recebimento daqueles oficiais que estagiaram na Alemanha, viu o Alto Comando do Exército a necessidade da uniformização da instrução em todo o Exército, a partir da Escola Militar do Realengo como lugar de difusão de uma nova forma profissional de se trabalhar na Instituição. Para tanto, era preciso formar uma nova geração de oficiais capazes de serem bons instrutores nos corpos de tropa, disciplinadores, e estarem em condições de bem apresentar as organizações militares que fossem servir. O que percebemos é que transparece no discurso desse momento a preocupação com as aparências e com a boa apresentação da tropa e relação aos civis.

Bibliografia:

- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. In: CARVALHO, J. M. **As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.
- JOHNSON, J. J. Os militares latino-americanos como políticos. In: LIEUWEN, E. e outros. **Militarismo e Política na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo. **História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério do Exército**. Brasília: ENAP, Rio de Janeiro: Bibliex, 1994.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- TREVISAN, Leonardo N. **As Obsessões Patrióticas; Origens e Projetos de duas Escolas de Pensamento Político do Exército Brasileiro**. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo, USP, 1993.

¹² DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *Revista A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718, p. 14.